



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006048-50.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Ioneco Missoni Koizimi**
 Requerido: **Marina de Aquino Ferreira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora cobra da ré indenização para o ressarcimento de danos que ela lhe teria provocado ao pichar imóvel de sua propriedade.

As fotografias de fls. 21/26 confirmam as pichações mencionadas pela autora, ao passo que é incontroverso que a ré morou no imóvel na condição de locatária, tendo-o desocupado pouco antes do episódio trazido à colação.

A dúvida estabelecida concerne à autoria dos atos noticiados, cumprindo desde logo ressaltar que a ré sempre negou qualquer envolvimento com o evento.

O único dado que milita contra ela consiste no depoimento da testemunha Marco Antonio Trombelli.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Vizinho da residência em apreço, ele esclareceu que em uma certa madrugada ouviu sua cachorra latindo, tendo ido até a cozinha de sua casa para verificar o que acontecia.

Nesse local então ouviu vozes de duas pessoas que estavam no imóvel da autora fazendo algazarras, identificando uma delas como sendo da ré.

A testemunha deixou claro que conhecia a ré, que tinha bom relacionamento com ela e que já haviam conversado várias vezes.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação vestibular.

Com efeito, reputo que o isolado depoimento da testemunha nominada não é suficiente para firmar convicção contrária à ré, mesmo porque sequer ocorreu contato visual entre Carlos e as pessoas que estavam na casa da autora.

Por outras palavras, entendo que o reconhecimento exclusivamente da voz de uma das pessoas que se encontraria no lugar não se me afigura bastante para a segura conclusão de que a ré foi a autora das pichações.

Se não se pode afastar de um lado a possibilidade dessa natureza, de outro igualmente não se deve excluir a perspectiva de equívoco da testemunha aludida.

Nesse contexto, tomo como preferível negar o pleito deduzido.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**